

élisée reclus: idéias úteis para análises geopolíticas contemporâneas

fabrizio eva*

A idéia é simples: quando se faz do indivíduo a unidade de medida do mundo, as fronteiras (do indivíduo e do mundo) são muitíssimas e nenhuma delas vale mais que a outra; são apenas funcionais. Cada ser humano as usa de modo flexível segundo as circunstâncias e contexto; movem-se continuamente em todos os sentidos e, mais contemporaneamente, da área dinâmica em torno de sua pessoa (“áurea”, espaço “pessoal”, “privacy”) às fronteiras/limites convencionais de espaços diversos (casa, espaço público, lugares de trabalho, etc) e entre limites/fronteiras de comportamentos (relação homem-mulher, modos de vestir, reconhecimentos etc.) diversos de outros seres humanos, considerados isoladamente ou em grupo. E o mundo é “o complexo das relações (sociais, econômicas, políticas e culturais) no interior das quais desenvolve-se a vida humana.”¹

* Professor na Universidade de Veneza, autor de *Cina e Giappone. Due modelli per il futuro dell'Asia*, Torino, UTET, 2000; *I mutamenti geopolitici contemporanei. Metodologie di studio e interpretazione*, Milão, CUEM, 1997; *Elementi di geografia economica e politica* (org.), Roma, Carocci, 2003.

Élisée Reclus: idéias úteis para análises geopolíticas...

Um geógrafo crítico, que se tornou um clássico do pensamento geográfico oitocentista, segundo Farinelli, foi Carl Ritter, que pode ser também considerado o exemplo de como a “lição” de um mestre é sempre interpretada pelo discípulo graças a um trabalho de filtro colocado em ação por uma mente diversa, por uma experiência de vida diversa. Hegel, Ratzel, Mackinder, orientaram o pensamento eurocêntrico e colonialista do final século XVIII e início do século XIX tomando o Estado como absoluto necessário, e Vidal de la Blanche o completou com pré-destinações “nacionais” com base na geografia.

Mas Farinelli nos diz que essas interpretações eram inconcebíveis para Ritter, para quem o mundo permanecia uma esfera, e por isso forçosamente dotado de uma infinidade de centros,² e que sobretudo possuía espessura (tanto em direção ao alto quanto ao baixo); portanto, não como uma “*tabula*” sobre a qual se desenha a “realidade”. Há um aluno (durante um único ano) que colheu o sentido complexo e a profundidade do ensinamento de Ritter. Foi Élisée Reclus. Ele retomou a frase de que o globo, na sua superfície, não possui nenhum centro, pelo qual o pensamento geográfico deve considerar as dinâmicas dos indivíduos e dos grupos humanos como sendo todas equivalentes, sem presunções de superioridade, e foi sempre Reclus quem aboliu as fronteiras estatais de todos os mapas na sua obra mais densa e conhecida, a *Nova Geografia Universal*, escrita em 19 volumes.

Num outro oposto, um conceito único domina por mais de um século o pensamento geopolítico: “sabe-se que existe qualquer coisa de pior que um Estado ruim: a ausência de Estado. A anarquia é pior do que a tirania, porque substitui o arbítrio de um só pelo arbítrio de todos.”³ Este pensamento dominante torna impossível a muitos uma reflexão sobre as dinâmicas geopolíticas em termos que não

estejam centrados no Estado, e quando se diz Estado compreende-se com isso geralmente os governos e/ou os líderes no poder e/ou uma não melhor definida identidade nacional. Aymeric Chauprade, em um belo livro muito articulado e circunstanciado que, porém, parece ressentir-se do fato de que ele ensina também no Colégio Inter-Armas da Defesa Francesa, define a autodeterminação dos povos como o direito a “inscrever o seu futuro nas fronteiras do Estado Nação”,⁴ e a propósito do Estado se apres- sa em dizer que “o Estado sonha os povos que não possui e protege sempre aqueles que o fundaram.”⁵ Essa visão da relação Estado-território é um postulado que “impede de pensar qualquer outra organização do espaço.”⁶

Esse era um pensamento coerente com o período histórico da expansão colonial européia do fim do século XIX e com a situação de equilíbrio interno entre as potências européias. Mas a idéia de Estado como fator necessário e central na política internacional estava se firmando também em outras disciplinas históricas e sociais. Hoje é finalmente um conceito consolidado, sustentado também pelo fato de que toda a superfície do globo está organizada politicamente sob a forma de Estado, mas é igualmente evidente que em diversas culturas (*genres de vie*, diria Reclus) podem ser, e são efetivamente, muito diversos os modos de “interpretar” ou de fazer funcionar o Estado; usando ainda um dos critérios de análise de Reclus, ou seja, aquele da diferença de privilégios e propriedade, a idéia de Estado foi cômoda para todos aqueles que se encontravam (e se encontram) em posições de poder, e sob o plano das relações internacionais “o poder está no centro da política internacional.”⁷ O Ocidente construiu uma retórica estatal de modo que “toda forma alternativa seja pensada respectivamente como superada, utópica e onerosa.”⁸

Élisée Reclus: idéias úteis para análises geopolíticas...

Mas não está excluído que se possa pensar de modo diferente; existe quem pensou o *outro*. E *outro* significa sair da centralidade do Estado e considerá-lo apenas como uma das formas possíveis de organização territorial dos grupos humanos; não a mais útil, nem mesmo a mais importante. Para fazer isso é preciso pensá-lo em termos não-ideológicos (isto é, considerar que não exista “direito” e norma fora do Estado) e sacralizado (isto é, pensar em termos de pátria, identidade coletiva, lugar da etnia, “berço da civilidade” etc.).

Pensar *outro* significa, então, retomar e dar visibilidade a correntes de pensamento ou a pensadores singulares que contribuíram para a formação da cultura europeia, mas que foram removidos ou censurados (geralmente por comodismo ou por desconhecimento *tout court*) nos aspectos considerados social e politicamente perigosos. Certamente é o caso do geógrafo anarquista Élisée Reclus, mas a lista é longa e sobre isso Armand Mattelart nos deu ampla demonstração.⁹ Seja lembrado que o mesmo Lucien Febvre afirma que “o Estado não é nunca um dado de fato, mas uma criação.”¹⁰

As idéias de Reclus

Os pontos principais no modo de ser geógrafo (“político” no sentido mais amplo) de Reclus são os seguintes:

1. as fronteiras devem ser concebidas como móveis porque são apenas contemporaneamente funcionais. Quando muda a função ou mudam as escolhas dos grupos humanos, as fronteiras se deslocam para adequarem-se às novas funcionalidades;
2. as únicas fronteiras consideráveis são aquelas que assinalam as diferenciações de hábitos, de comportamentos e de características dos grupos hu-

manos; um conjunto articulado desses e outros elementos constitui o modo de vida (*genre de vie*), que possui um papel relevante na formação e nas dinâmicas dos grupos humanos; confluem para essa idéia de modo de vida “terra, clima, organização do trabalho, tipo de alimentação, raça, parentesco, modos de agrupamento social”;¹¹

3. é preciso tornar o mais livre possível o movimento de idéias e pessoas;

4. o indivíduo deve ser livre, mas não está só. Solidariedade e fraternidade são os princípios das relações entre os seres humanos, que levam à cooperação e à troca;

5. a livre vontade do indivíduo é o motor primeiro das dinâmicas sociais.

Disso deriva que os hábitos dos grupos humanos e dos indivíduos se formam e se transformam; daí a necessidade em contrapor a tendência ou a vontade de cristalizá-los em identidades/etnias/povos/valores, sobretudo se referidos a histórias míticas do passado ou a origens religiosas.

Sobre o plano ideal, mas igualmente da ação concreta (individual e coletiva), Reclus possuía uma visão finalista composta por duas idéias guias:

a) a anarquia sobre o plano político e espacial (ou seja, igualdade e realização prática das concepções ideais de cada indivíduo);

b) uma confiança muito grande no progresso da humanidade e nas descobertas técnico-científicas.

A coligação da centralidade do indivíduo com a concepção do espaço derivado pelas identificações dos gru-

verve

Élisée Reclus: idéias úteis para análises geopolíticas...

pos humanos segundo o seu gênero de vida constitui o legado metodológico mais relevante de Reclus.

Aqueles que até mesmo foram definidos como “leis” (apenas no sentido da sua alta freqüência casual) eram:

1. a tendência dos grupos humanos a se estruturarem segundo hierarquias (causada pelo desenvolvimento desigual);
2. o impulso insubstituível à liberdade por parte do indivíduo;
3. o mecanismo de contínua oscilação/balanceamento entre essas duas tendências contrastantes.

É necessário considerar os seres humanos como realmente são, e não imaginá-los como seres “teóricos”. Uma das características dos indivíduos é que eles requerem tempo para assimilar as transformações, ainda que se habituem velozmente às novidades cômodas ou liberadoras. À luz dessa reflexão se percebe ainda mais precisamente a condição espacial e o modo de vida dos recentes processos que David Harvey definiu como “compressões espaço-temporais.”¹²

Na época de Reclus a idéia de revolução (e não apenas para os anarquistas) estava ligada a uma veloz mudança social (insurreição, tomada de poder), ou seja, uma compressão espaço-temporal de signo tipicamente político. Hoje, recuperando a afirmação reclusiana acerca da tendência dos grupos humanos a se estruturar hierarquicamente, e considerando também as falências das experiências históricas do chamado “socialismo real”, ser ativos politicamente (e revolucionários) significa imprimir contínuas influências na transformação das relações sociais; essa idéia de revolução poderia ser mais eficaz e mais facilmente durável no tempo.

A alternância entre o impulso à estabilidade/conservação do grupo e o desejo de liberdade e mudança do indivíduo são “leis” para Reclus. Entendo por isto que são dinâmicas que se repetem prescindindo das culturas e da localidade geográfica. O geógrafo Jean Gottman delimitou esta dinâmica de alternância usando os termos de Iconografia e Circulação,¹³ e é possível ver semelhanças também com o princípio de dinamismo/estaticidade presente no equilíbrio sempre em movimento de Ying e Yang presente no Taoísmo.¹⁴

Portanto, a escolha conceitual a fazer é partir do pressuposto de que a condição de mudança é típica da natureza e os seres humanos são a parte consciente da natureza. No prefácio do primeiro volume da *Nova Geografia Universal*, estamos em 1876, Reclus afirma que “essa natureza, juntamente com os homens que são por ela nutridos, muda continuamente”,¹⁵ e mais adiante refere-se às condições ambientais que possuem uma relevância modificável conforme o estado de cultura em que chegaram as nações, visto que com o passar do tempo existem elementos naturais que mudam de uso.¹⁶

Portanto, para Reclus interessam ambientes geográficos e grupos humanos (que ele denomina povos) na sua interação provocadora de uma lenta transformação. As transformações ocorridas nos últimos vinte séculos “indicam que o valor dos traços geográficos se modifica pouco a pouco no curso da história (...) ao contrário, as vantagens do clima exercem uma influência durável.”¹⁷

Os fatos históricos mostram que o grau de suportabilidade de condições negativas dos grupos humanos é geralmente elevado, e isso também porque a resistência à mudança é sempre elevada, sobretudo nos grupos de “identidade forte”, uma identidade a que se pode fazer referência nos momentos difíceis. As identidades

verve

Élisée Reclus: idéias úteis para análises geopolíticas...

fortes derivam de acontecimentos históricos, de caracteres culturais casuais, mas também da obra de solicitação ou pacificação das emoções exercitadas por representações e símbolos que respondem aos medos e/ou à psicologia dos seres humanos. Etnia e identidade são construídas e se constroem socialmente sobre as características da psicologia humana.

A idéia de ser “especial” é muito difundida entre os grupos humanos, prescindindo dos lugares e das condições socioeconômicas; “naturalmente cada povo deve ser tentado a crer que em uma descrição da Terra o primeiro lugar seja aquele de seu próprio território. A menor tribo bárbara, o menor grupo humano ainda em estado de natureza, pensa ocupar o efetivo centro do universo, se imagina ser o representante mais perfeito da raça humana.”¹⁸

Mesmo manifestando sua vontade de abolição das fronteiras de modo que os homens possam viver como irmãos, em Reclus há um preciso pressuposto daqueles caracteres típicos do ser humano, seja quando age como indivíduo ou quando se sente associado a um grupo de semelhantes, que o leva a querer fechar-se em barreiras e até mesmo a aceitar uma condição de servidão. As motivações dos indivíduos a favor das fronteiras e das identidades derivam do desejo de não ter medo, e portanto:

- a) quer-se estar em um território conhecido porque com isso pensa-se poder viver bem (ou sobreviver bem) unicamente ali. O não conhecimento de outros lugares reforça essa convicção;
- b) quer-se estar com pessoas conhecidas ou que se imagina solidárias porque se presume que quem fala a mesma língua ou tem os mesmos comportamen-

tos não seja perigoso (ou o seja menos do que os desconhecidos).

Afirmar como um *a priori* o mito étnico-identitário favorece a sensação de proteção e “não-medo”, e faz aceitar, ou confere sentido, a desigualdade (econômica e/ou de poder).

Como elemento estabilizador das dinâmicas humanas, Reclus reconhece o laço lingüístico e o percurso histórico que produziu o complexo dos hábitos sociais, co-dividido porque habitual e devido à resistência das tradições à mudança. Esses três fatores (língua, história e *genre de vie*) determinam a identificação daquilo que Reclus define como “regiões naturais”, que ele vê como conjuntos móveis e sujeitos a transformação contínua; uma transformação substancialmente lenta, mas que porém pode experimentar acelerações por impulsos naturais, por progresso tecnológico, por acontecimentos históricos traumáticos ou ainda pela vontade revolucionária dos seres humanos.

E é principalmente contra a idéia de fronteiras sacras, fixas e intocáveis que Reclus trabalhou como ativista e como geógrafo. “As divisões políticas estão completamente em contraste com os limites naturais que poderiam ser estabelecidos pela escolha espontânea dos povos”¹⁹, e por naturais Reclus não entende certamente as “fronteiras naturais”, tão caras aos geógrafos militares ou acadêmicos. Para ele, todas as fronteiras aparecem esvaziadas de qualquer valor sacro; “não existem fronteiras naturais no sentido que lhes dão os patriotas”²⁰, dirá Reclus na sua obra última, *O Homem e a Terra*, porque a história dos grupos humanos muda com o tempo como muda a geografia, e as fronteiras devem mover-se com a mudança da sociedade, “mas essa liberdade de reagrupamento individual implica a mobilidade da fronteira.”²¹

Élisée Reclus: idéias úteis para análises geopolíticas...

E quando se apressa em recordar que essas divisões perdem sempre mais importância graças às vias de comunicação, às conquistas da ciência e à “comum compreensão dos direitos e dos deveres”, não parece arriscado ler nelas uma precoce visão dos processos de integração como aqueles da União Européia ou mesmo da globalização.

Caso se queira ser geógrafos críticos, as reflexões de Reclus indicam que é preciso “ler” os grupos humanos sem um exclusivo pertencimento aos lugares e, portanto, “ler” os lugares sem deixar-se enganar pelas representações e/ou pelas superestruturas institucionais. E tendo em conta que as diversas culturas desenvolvem-se e mudam com referência a lugares precisos e com base também nas características desses lugares. “Todos os limites construídos entre as nações são obras do homem e nada impediria que fossem modificados ou cancelados.”²²

O ativismo político deve ser endereçado às comunidades que não tenham reivindicações de identidades coletivas rígidas e referidas a espaços exclusivos, ou a territórios miticamente conquistados ou “atribuídos” pelo destino ou por Deus. Ele deve ser endereçado a pertencimentos sem representações coletivas, ou seja, entendendo o coletivo como uma dinâmica e como uma modificável soma das representações individuais (múltiplas).

Isso significa multiplicar as fronteiras em sentido funcional²³ para que percam qualquer significado sagrado e para que possam ser deslocadas de modo a seguirem as transformações. Estão ainda neste âmbito conceitual também os pertencimentos múltiplos e os planos decisórios sobrepostos. As fronteiras impermeáveis podem servir contemporaneamente ou funcionalmente quando existe incompreensão, e podem servir também para poder viver a própria diversidade; porém, são limi-

tes defensivos e não expansivos, porque o espaço deveria ser preponderantemente “público”, porque este é o espaço da liberdade e da negociação, do encontro, da troca e da cooperação.

Reclus considerava como prioritários os comportamentos dos indivíduos (livres) e, portanto, considerava a “democracia” como uma/muitas comunidades que praticam relações igualitárias e que estão disponíveis àquela mudança produtora de muitas idéias, muitas novidades, novas sínteses, da colaboração/negociação necessária para um real progresso humano, tome ele a forma que tomar num futuro em que estejam dadas essas condições.

Hoje os estudos de Reclus poderiam ser definidos como de tipo antropológico, e “ler” as atuais dinâmicas geopolíticas mundiais com sua ótica leva a visões decididamente diversas daquelas de quem se contenta com uma democracia formal que se “exporta” por meio de exércitos. São estudos privados de método, mas que operam com método.²⁴

Ainda hoje parece “revolucionário” sair da lógica que *confina* a política e as relações internacionais no interior das espacialidades estatais. O atual confronto entre o Ocidente e as outras culturas é um confronto majoritariamente centrado sobre diferentes concepções de territorialidade (da política e da sociedade) e de soberania; de um lado a soberania é concebida como indissociável de um território de confins exatos, porque os confins indicam até onde (e não além) a soberania se exercerá e, de outro, a soberania/autoridade é geralmente concebida como uma relação interpessoal que pode ter espacialidades múltiplas e móveis.

O pensamento político “moderno” considera democracia, liberdade e direitos, sempre e unicamente referi-

Élisée Reclus: idéias úteis para análises geopolíticas...

dos a um território específico onde possa existir um “Estado de direito”, e a forma consolidada dessa territorialidade é o Estado-nação. Mas o Estado-nação, quando é “exportado” para outras culturas possuidoras de concepções diversas de representação, de relações sociais e, sobretudo, de territorialidade, mostra suas dificuldades/limites porque é fundado sobre um laço ambíguo: o Estado se reporta aos cidadãos (que podem também ser reciprocamente indiferentes e diversos por hábitos e concepções, mas iguais diante da lei), enquanto a nação se refere ao povo que deve co-dividir uma identidade que enfatize o pertencimento comum.

O pensamento político (ocidental) contemporâneo não dissolveu ainda essa ambigüidade, deixando espaço a desafios conceituais internos para o mundo cultural ocidental dominante, sempre que se queira fazê-lo e sempre que se esteja disposto a recuperar filões de pensamento “outros” para provocar uma verdadeira dialética. Para esse objetivo o pensamento de Élisée Reclus é não apenas atual, mas até mesmo necessário.

Tradução do italiano por Nildo Avelino.

Notas

¹ Franco Farinelli. *Geografia. Un'introduzione ai modelli del mondo*. Torino, Einaudi, 2003, p. 6.

² Idem, pp. 96-97.

³ Tzvetan Todorov. *Il nuovo disordine mondiale*. Milão, Garzanti, 2003, pp. 30-31.

⁴ Aymeric Chauprade. *Introduction à l'analyse géopolitique*. Paris, Ellipses, 1999, p. 277.

⁵ Idem, p. 280.

⁶ Bertrand Badie. *La fine dei territori*. Trieste, Asterios, 1996, p. 12.

⁷ Jean Mearsheimer. *La logica di potenza*. Milão, Università Bocconi Editore, 2001, p. 51.

⁸ Bertrand Badie, 1996, op. cit., p. 48.

⁹ Cf. Armand Mattelart. *Storia dell'utopia planetaria*. Torino, Einaudi, 2000.

¹⁰ Lucien Febvre. *La terra e l'evoluzione umana*. Torino, Einaudi, 1980, p. 363.

¹¹ Élisée Reclus. *L'Homme et la Terre*. Paris, Fayard, 1990, p. 42.

¹² Cf. David Harvey. *La crisi della modernità*. Milão, EST, 1997.

¹³ Cf. Jean Gottmann. *La politique des États et leur géographie*. Paris, Armand Colin, 1952.

¹⁴ Cf. John A. Rapp. "Daoism and Anarchism Reconsidered" in *Anarchist Studies*, n.6, 1998, pp. 123-151.

¹⁵ Élisée Reclus. *Nouvelle Géographie Universelle: vol. I*. Paris, Hachette, 1876, p. II.

¹⁶ Idem, pp. 7-8.

¹⁷ Ibidem, p. 23.

¹⁸ Ibidem, p. 5.

¹⁹ Ibidem, p. 30.

²⁰ Élisée Reclus, 1990, op. cit., p. 34.

²¹ Idem, p. 47.

²² Ibidem, p. 34.

²³ Cf. Fabrizio Eva. "Geografia contro il potere" in *Volontà*, n.4, 1992, Milão, pp. 9-23.

²⁴ Cf. Fabrizio Eva. "De Reclus a Feyerabend: utilizar el anarquismo para comprender a los seres humanos" in *Proceedings of the 4th Critical Geography International Conference*, México, 9-12 Janeiro/2005.

RESUMO

Pensar a geografia na atualidade e fora dos pressupostos consolidados na época colonialista e eurocêntrica do pensamento ocidental, implica desvinculá-la dos duplos Estado-território e Estado-nação. Nessa crítica, o pensamento do geógrafo anarquista Élisée Reclus se torna significativo quando dissolve a sacralidade das fronteiras reclamando o dinamismo sócio-espacial dos grupos humanos.

Palavras-chave: Élisée Reclus, anarquismo, relações internacionais.

ABSTRACT

To think geographically the present times and outside the consolidated Western colonialist and eurocentric points of views it means not to refer rigidly to the twin concepts State-territory and State-nation. The thought of the anarchic geographer Élisée Reclus is very significant and critical when it dissolves the sacrality of the borders claiming the accordance between the dynamism of the human groups with the border flexibility.

Keywords: Élisée Reclus, anarchism, international relations.

Recebido para publicação em 4 de julho de 2005 e confirmado em 28 de agosto de 2005.